

SANTANA DE PARNAÍBA

CONECTADA AO FUTURO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



SANTANA DE PARNAÍBA - VISÃO 2030

Relatório Local Voluntário (Voluntary Local Review)
Município de Santana de Parnaíba, São Paulo, Brasil
Prefeitura de Santana de Parnaíba

Junho de 2019

Índice



Expediente	
Lista de acrônimos e siglas	
Carta aos leitores	
Apresentação	
Santana em dados	
Metodologia	
Constelação dos ODS de Santana de Parnaíba em 2018	
ODS Prioritários	
ODS 3	
ODS 4	
ODS 16	
ODS de crescimento	
ODS 1	
ODS 11	
ODS 15	
ODS 17	
Cases	
As desatadoras de nós: uma análise do impacto das políticas públicas para mulheres na redução das desigualdades	
Inteligência como fator humano: a busca por ser uma Smart City com o engajamento da administração pública	
De ação em ação: política ambiental na busca da sustentabilidade	
Anexos	
Políticas públicas	
Parcerias da Secretaria Municipal da Habitação	



Expediente



Grupo de Trabalho de ODS da Prefeitura de Santana de Parnaíba

Maxsoel Elias Santana - Secretário de Comunicação Social (Secom) e presidente do Grupo de Trabalho

Anna Erica Prado – Secretária Municipal da Habitação (SMH)

Cleiton da Silva Borges – Secretária Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Clésio Silvino – SMSU – Defesa Civil

Erik Akio Higaki – Secretária Municipal de Assistência Social (SMAS)

Julia Campos – Secretária Municipal de Controle Interno (SMCI)

Láís dos Anjos Segura Gimenez - Secretária Municipal de Meio Ambiente e Planejamento (SMMAP)

Lucia Pissolatti – Secretária Municipal de Saúde (SMS)

Luciana Martins – Secretária Municipal de Educação (SME)

Luciana Naves – SMMAP

Marcela Cristiane Pupin – Secretária Municipal da Habitação (SMH)

Marcos Mendes – SMCI

Sandro Aparecido Ferreira – SME

Simone Frezzarin – Secom

Thaís Cardoso Benedetti – SMS

Vera Lúcia Alves de Castro Silva – SMS

Veruska Carvalho – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Planejamento

Agradecimentos aos servidores:

Cassio Nascimento (Secretaria Municipal de Tecnologia e Informação - SMTI), Edson Luiz Barros (Secretaria Municipal de Emprego, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Semedes), Fátima Muro (Secretaria Municipal de Cultura - SMC), Fernanda Beatriz Cassao, (SMMAT), Gilberto Rodrigo (SME), Marcia Santos Kameyama (SMH), Mario Luis Pereira (SMTI), Marta Amaral (SMSU – Defesa Civil), Mauricio Nunes (SMCI), Murillo Calixto Navarro Oliveira (SMH), Ney Mauro Santos Vieira (SMC), Ricardo Paixão (Secretaria Municipal Atividade Física, Esporte e Lazer - SMAFEL), Samuel Alves Batis (SMSU – Defesa Civil), Stephanie Banome (SMMAP), Suely Kannert Oliveira (Semedes).

Equipe Artesano Urbanismo

Mônica Picavêa - coordenação e facilitação

Paola Ercolin Figueiredo - facilitadora

Redação e Edição

Cíntia Marcucci

Juliana Marques - revisão

Consultoria

May East - Consultora Metodológica da Comissão ODS Santana de Parnaíba

Diagramação

Secretaria Municipal de Comunicação Social (SECOM)

Vera Yukimoto | Ricardo Brando | Fernando Gomes

Lista de acrônimos e siglas



- ACE** – Agentes de Combate a Endemias
AEE – Atendimento Educacional Especializado
Ampare – Ambulatório de Pediatria de Alto Risco e Especialidades
APA – Área de Proteção Ambiental
Apesp – Atividade Paraolímpica Escolar de Santana de Parnaíba
API – Assessoria Pedagógica Inclusiva
APP – Área(s) de Proteção Permanente
APS – Atenção Primária em Saúde
ARF – Administração Regional da Fazendinha
Avemare – Associação Vila Esperança de Materiais Recicláveis
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caps – Centros de Atenção Psicossocial
Caps AD – Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas
CCCA – Centro de Convivência da Criança e do Adolescente
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
Consema – Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
Cratod – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
Fasp – Faculdade de Santana de Parnaíba
Fatec – Faculdade de Tecnologia de São Paulo
Funespa – Fundo Especial de Preservação Ambiental e Fomento de Desenvolvimento
Geivid – Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica
GM – Guarda Municipal
HTPC – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal
Inca – Instituto Nacional do Câncer
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Loas – Lei Orgânica da Assistência Social
MPE – Ministério Público Estadual
MS – Ministério da Saúde
MSE – Medidas Socioeducativas
NAS – Núcleo(s) de Assistência Social
Nupav – Núcleo(s) de Prevenção Acidentes e Violência
ODS – Objetivo(s) do Desenvolvimento Sustentável
Paefi – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
Paif – Proteção e Atendimento Integral à Família
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMRR – Plano Municipal de Redução de Riscos
PMVA – Programa Município VerdeAzul
PNCT – Programa Nacional de Controle do Tabagismo
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
RAS – Redes de Atenção à Saúde
Reurb – Regularização Fundiária Urbana
RLV – Relatório Local Voluntário
Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Secom – Secretaria Municipal de Comunicação Social
Semedes – Secretaria de Emprego, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Sefe – Sistema de Ensino Família e Escola
SisCad – Sistema de Cadastro Único
SisHab – Sistema de Gestão de Habitação
SMAFEL – Secretaria de Atividade Física, Esporte e Lazer
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMCI – Secretaria Municipal de Controle Interno
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMH – Secretaria Municipal de Habitação
SMMAP – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento
SMO – Secretaria Municipal de Obras
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SMSM – Secretaria Municipal de Serviços Municipais
SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMTI – Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação
SPA – Substâncias Psicoativas
SSP-SP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
Suas – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE-SP – Tribunal de Contas
UBS – Unidade Básica de Saúde
UC – Unidade de Conservação
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo
ZR – Zona de recuperação

Carta aos leitores



Prezados Leitores

Em setembro de 2015, líderes mundiais se reuniram nas Nações Unidas em Nova York e se comprometeram com 17 metas para acabar com a pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça, e prevenir os efeitos nocivos das mudanças climáticas até 2030. Para alcançar esses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - também chamados de Metas Globais.

Os 193 estados membros das Organizações das Nações Unidas aderiram ao acordo, uma das maiores adesões já concebida neste âmbito.

São 169 metas com 231 indicadores que tornaram-se objetivo, mas antes de mais nada um desafio, quando se trata de implementação, e certamente as cidades ocupam um papel importantíssimo no atingimento destes objetivos.

As cidades estão na vanguarda de alguns dos desafios mais urgentes do mundo e, como pólos da economia global, inovação e cultura, nossos centros urbanos também provaram ser onde as soluções para alguns dos problemas mais difíceis da humanidade são encontradas.

Santana de Parnaíba, com seus **108.875** habitantes ocupa uma área de 185km², e é considerada pela secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo pelo 6 ano consecutivo, a cidade mais segura da Região Metropolitana de São Paulo.

Porém mais do que segurança, Santana demonstra orgulhosas excelentes índices de educação, comparados a algumas cidades da Europa, e dados de mortalidade infantil muito abaixo dos índices nacionais.

Estes índices e outros achados coletivos, estampam hoje nosso Relatório Voluntário Local, que orgulhosamente editamos este ano.

Fruto de um trabalho bastante árduo, que reuniu uma comissão interna e diversos fóruns públicos, Santana de Parnaíba foi a primeira cidades da América Latina a comprometer-se formalmente com a Unesco, via carta de intenções em setembro de 2018 a entregar seu Relatório Voluntário Local dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em uma parceria público privada com a empresa Artesano Urbanismo, realizamos nosso processo, utilizando a metodologia do Gaia Education, One city at a Time, adaptada para nossa realidade, e chegamos aos resultados determinados neste documento.

Nosso objetivo como cidade, é incentivar mais localidades e outras partes interessadas a unirem-se a nós em uma conversa não apenas sobre medir os progressos para uma Agenda 2030, mas principalmente a incorporar estrategicamente estes objetivos no planejamento municipal, de forma sistêmica e sustentável.

Assim como prefeito da Cidade de Santana de Parnaíba, orgulhosamente compartilho nossa primeira versão do Relatório Voluntário Local dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da nossa cidade, um trabalho pioneiro em nosso país.

ELVIS CEZAR
Prefeito



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU) proporcionaram a Santana de Parnaíba a oportunidade de olhar para suas políticas públicas de forma mais sistêmica e, utilizando uma lente ampliada, traduzir essas metas para as ações e indicadores locais, garantindo uma visão global do seu desenvolvimento.

Ao assumir o compromisso de realizar o Relatório Local Voluntário (RLV) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a cidade pôde experimentar um processo de avaliação interna e, principalmente, marcado por uma maior sinergia entre secretarias e políticas de governo.

De acordo com os participantes do Grupo de Trabalho reunido para o desenvolvimento do relatório, muitos foram os ganhos em integração e pensamento estratégico durante o processo, culminando na incorporação de discussões coletivas sobre questões complexas relativas à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades, ao combate às mudanças climáticas e à proteção do meio ambiente até 2030.

Os ODS são sustentados pelo princípio da universalidade. Isso significa que todas as nações e todas as pessoas são responsáveis por sua realização. Isso também significa que todos os governos devem trabalhar para implementá-los em suas próprias nações.

Os ODS são a ferramenta mais abrangente utilizada até hoje para avaliar o estado da cidade como um todo. Apesar de uma quantidade enorme de achados e atuações a comemorar, um mergulho nas metas e indicadores nos deram uma visão clara de que precisamos ter ainda mais abrangência em nosso olhar e levar em conta os pontos de interconexão entre secretarias, políticas e objetivos.

Esse certamente foi um dos grandes aprendizados do Grupo de Trabalho, e também um dos focos para a continuidade desse processo.

As bases de dados georreferenciadas do município, agora cada vez mais sendo alimentadas por todas as secretarias, estão entre o que podemos comemorar, bem como os números do Indicador de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb), que na cidade superam o objetivo nacional de 2025 e ainda atingem, em algumas das escolas, índices parecidos com os de países estrangeiros considerados os melhores do mundo. Uma saúde pública eleita como de Classe B+ pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do Tribunal de Contas do Estado (TCE) é outra mostra de um bom trabalho.

Apesar de todos esses avanços e pioneirismo da cidade, Santana tem olhado também para os seus pontos de melhoria, e tem buscado aprimoramento para as questões de transparência e racionalidade das contas públicas, áreas em que este trabalho vem ajudando no alinhamento indicadores e da política com a Agenda 2030, o que tornou-se um dos requisitos do TCE.

O valor dos 17 ODS e seus 169 metas reside na sua conectivi-

dade. As evidências aqui mostradas nos permitem ver como podemos tomar ações colaborativas, inclusive por meio de parcerias com o governo. As ligações entre os alvos são identificáveis em todos os objetivos. É claro que os ODS não podem ser alcançados por organizações individuais ou pelo governo trabalhando sozinho ou em silos; as ligações entre os alvos significam que a colaboração é crítica. Isso é evidente em vários capítulos deste relatório, e principalmente nos casos relatados, visto que inicialmente buscamos casos específicos e acabamos, como Grupo de Trabalho, escolhendo os casos que reuniam mais Objetivos em políticas compartilhadas. Este aprendizado foi essencial para a continuidade dos trabalhos e a incorporação de metas e indicadores no planejamento futuro das secretarias.

Com base nas conclusões deste relatório, acreditamos que as seguintes ações são necessárias para alcançar os ODS em Santana de Parnaíba até 2030:

Assegurar a continuidade do Grupo de Trabalho e da integração das metas e políticas no âmbito de uma agenda estratégica única para o atingimento dos ODS.

O processo do RLV é uma oportunidade para engajar as partes interessadas na produção de um plano abrangente e integrado para implementar os ODS.

Estreitar e envolver cada vez mais atores diferentes no planejamento e implementação de ações em prol das políticas públicas, buscando projetos compartilhados e cada vez maior transparências e informações.

Continuar com o engajamento popular e os fóruns participativos em prol de sugestões para melhoria das políticas públicas no âmbito dos Conselhos municipais, e fóruns locais.

Esperamos que este material possa trazer ainda mais engajamento e conhecimento entre todos os atores da sociedade e suscitar ainda mais parcerias em prol de um futuro mais equitativo e promissor para todos.

Grupo de Trabalho ODS Santana de Parnaíba



Santana de Parnaíba está localizada há 35 quilômetros da capital paulista, com uma população estimada de 136.517 pessoas, densidade demográfica de 604,74 habitantes/km², distribuída em uma área territorial de 179,949 Km² e um PIB per capita de 65644,99 de acordo com o IBGE.

Nos últimos anos, Santana de Parnaíba tem alcançado grandes indicadores positivos que a colocam na posição de destaque no cenário nacional.

Pelo sexto ano consecutivo, a cidade é mais segura entre as regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Hoje nossa cidade conta com uma central de monitoramento, vinculados ao sistema Detecta, um dos mais eficientes sistemas de combate a criminalidade do mundo, que conta com uma cerca virtual que verifica todo e qualquer veículo que entrar no território municipal e se o mesmo for identificado como sendo objeto de ilícito, é detido pelas forças de segurança do município (Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil)

No ano passado foi eleita a 3º melhor cidade do país em capital humano pela consultoria Urban Systems

Pelo 3º ano consecutivo, foi a 3ª cidade que mais gerou empregos no Estado e a 1ª da região metropolitana conforme dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregado do Estado de São Paulo) onde mais de 5 mil pessoas conseguiram retornar ao mercado de trabalho.

A cidade conta com 4 grandes polos empresariais nas macro regiões da cidade. Nas 4 edições da Feira de Negócios e Empregos participaram mais de 1500 empresas e mais de 2 mil pessoas foram encaminhadas para entrevistas de emprego nas feiras. Localização estratégica, ficando a 35 quilômetros da capital com acesso ao Rodoanel e as principais rodovias do Estado (Castelo Branco e Anhanguera).

Em 2017 recebeu conceito “A” em saúde pública pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE

Em 2016 foi eleita pelo Conselho Federal de Administração (ligado a Câmara de Gestão Pública) como a 2º Melhor Gestão Pública do Brasil e a primeira com mais de 100 mil habitantes. No mesmo ano a revista Exame publicou ranking das melhores cidades para se investir no Brasil e Santana de Parnaíba ficou na 9ª colocação no país e em 5º lugar no

Estado, mostrando seu potencial econômico e de oportunidades.

Na área da educação, em 2017 tivemos o maior crescimento percentual no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no Estado nos ensinos fundamental I (15,8%) e fundamental II (21,7%). A educação é universalizada e 100% municipal, além de contar com aulas práticas diversificadas como os programas “Mind Lab”, Conect, PPS School, Escola de Idiomas e Aulas de Robótica.

Por conta dos diversos serviços informatizados oferecidos a população como Siseduc (plataforma educacional), Sispet (Sistema de Cadastro Animal), Siscomp (Sistema de Compras), Centrais de Monitoramento, Ouvidoria Digital e Sistema de Agendamento de Consultas, entre outros, Santana de Parnaíba foi classificada como “Cidade Inteligente” e foi citada em reportagem exibida no dia 14 de janeiro no Jornal Nacional.

Na questão ambiental, a cidade segue realizando diversos trabalhos como coleta seletiva, em parceria com a cooperativa AVEMARE que em 2018 recolheu 450 toneladas de materiais recicláveis e em relação a aumentar a área verde, foram plantados no último ano mais de 16 mudas de árvores em toda a cidade.

Nos cursos de qualificação profissional, mais de 5 mil pessoas formaram nas áreas da construção civil ou de informática. Além disso nos últimos anos foram implantadas 6 faculdades na cidade (FATEC, FASP, UNIVESP, Anhanguera, Uninove e Universidade Aberta do Brasil) gerando oportunidades para qualificar os moradores, deixando-os mais preparados para o mercado de trabalho.

O Fundo Social de Solidariedade entregou mais de 3 mil kits de material para a parnaibana entregues para as gestantes do município, além da criação do maior programa de combate a mortalidade infantil da região: Programa Bebê Passo a Passo, Casa Rosa, unidade de apoio às mulheres com câncer, Padaria Artesanal e cursos de geração de renda, campanha agasalho e Natal Solidário. O Fundo Social atualmente conta com uma nova sede, além da Secretaria da Mulher e a criação do Projeto Crescer que ajuda famílias em situação de vulnerabilidade social na recolocação ao mercado de trabalho melhorando a vida das famílias parnaibanas.

Na Cultura a prefeitura construiu recentemente o CAT – Centro de Atendimento ao Turista, Revitalização da Praça 14 de Novembro, forma do Complexo Cultural, formado pelo Museu Anhanguera e pela Casa Casarão, além dos principais eventos da cidade como o Drama da Folia, Corpus Christi, Antigomobilismo, Aniversário da cidade e o Natal Iluminado, com o Presépio e muitas outras atrações.

Esportes e Lazer: Construção dos Parques nos bairros Colinas da Anhanguera, Cidade São Pedro e Jardim São Luís, além do Céu das artes no Parque Santana, Campos de Futebol nos bairros Jardim Isaura e Cidade São Pedro, praças poliesportiva em diversos bairros, Centro de Iniciação ao Esporte Colinas da Anhanguera e muitos outros investimentos que tem feito com que a nossa cidade seja referência no Esporte.



Este Relatório Local Voluntário (RLV) é o resultado de esforços coletivos realizados pelo município de Santana de Parnaíba em direção ao cumprimento da Agenda 2030 para um futuro municipal sustentável. O processo tem início com a assinatura da “Carta de Intenções”, aos quatro dias do mês de setembro de 2018, com a representação do prefeito Elvis Cezar, junto à organização internacional Gaia Education, UNESCO Global Action Programme e à empresa Astesano Urbanismo, na qual a municipalidade se compromete a empenhar seus melhores esforços no avanço da Agenda 2030 – os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Global das Nações Unidas, e também para realização do relatório sobre o ano de 2018, com publicação em julho de 2019.

A partir do comprometimento político, o processo metodológico se desdobrou em cinco estágios:

Estágio 1 – Engajamento

O primeiro passo foi apresentar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a um grupo de trabalho de servidores públicos de todas as secretarias de governo e absorver da melhor maneira tudo aquilo que a cidade já vem colhendo positivamente dentro das metas dos ODS. Nesse estágio foi conduzido o processo participativo de aprendizado “Formação de Multiplicadores de ODS” aos técnicos das Secretarias, criando um terreno comum teórico e prático, preparado para a priorização dos ODS.

Estágio 2 - Integração Vertical

Os ODS tendem a capturar grande parte das agendas políticas e planejamento estratégicos das cidades. Neste contexto os membros do grupo de trabalho selecionaram os Objetivos mais importantes para o município, identificados como prioritários para o desenvolvimento sustentável e também aqueles em que se posicionam no horizonte de crescimento da cidade.

São os primeiros: ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS16 (Paz, justiça e instituições fortes). Os objetivos de crescimento identificados foram: ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ODS 15 (vida sobre a terra) e ODS 17 (parcerias).

Esse processo integrou verticalmente suas políticas e práticas atuais a uma constelação de ODS que ao serem avaliados e avançados juntos, criam efeitos colaterais positivos para melhorar todo o conjunto de metas.

Estágio 3 - Medindo o que importa

A utilização de um conjunto robusto de metas e indicadores baseados em evidências constitui a base científica para o acompanhamento do avanço da implementação dos ODS nas localidades.

O grupo técnico de trabalho, por meio de seu Departamento de Controladoria Interna, identificou as políticas e parâmetros de medição alinhados às metas globais. Para algumas metas não foram encontrados indicadores possíveis.

O grupo de trabalho formado para localizar as políticas públicas da

cidade dentro dos ODS escolhidos trabalhou em cima de um framework e cada equipe se responsabilizou pelo ODS, com o qual mais se identificava e que seria documentado até a reunião seguinte e, assim, sucessivamente. Nessas reuniões, o grupo todo repercutia as dúvidas sobre como os indicadores seriam inseridos, se realmente aquele dado era possível e como fazer o processo em cada política discutida, dentre outros temas.

Os sistemas locais de monitoramento e avaliação (M&A) garantem que a implementação dos ODS permaneça no caminho certo e apoiam o desenvolvimento da capacidade local para uma governança mais responsiva e responsável.

Estágio 4 - Produzindo um Relatório Local Voluntário

Em 26 de novembro de 2018, o prefeito assina o Decreto 4182, em que cria formalmente o grupo de trabalho municipal para ODS, estabelecendo os critérios a serem discutidos e identificando secretarias incluídas no processo.

Ao longo de encontros mensais, o grupo definiu o escopo do relatório, incluindo a determinação dos ODS e suas políticas e métricas a serem incluídas. Nesse processo, o grupo estudou o relatório submetido por Nova York “Global Vision, Urban Action” e o relatório da Grã-Bretanha “Measuring up - How the UK is Performing on the UN Sustainable Development Goals”.

O primeiro rascunho do relatório foi apresentado em audiência pública para um grupo de 300 servidores públicos que o avaliaram. Antes de ser finalizado, foram realizados, cinco encontros, um no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente, um no âmbito da Secretaria de Educação com professores e diretores de todas as escolas municipais, um no âmbito da Conferência Municipal de Saúde, atingindo mais de 500 pessoas total, para receber e incorporar as percepções da sociedade civil.

Estágio 5- Mainstreaming

Muitas cidades estão apenas começando a reconhecer que os ODS são fundamentais para comunicar suas histórias ao mundo exterior. Santana de Parnaíba conta com uma secretaria de comunicação ágil, que acompanhou a cada passo o desenvolvimento deste relatório. E nosso desejo que este Relatório Local Voluntário seja articulado em uma linguagem com a qual todos estejam confortáveis e familiarizados.

No processo de mainstreaming identificamos histórias inspiradoras e com resultados efetivos para permear a narrativa técnica e política.

Santana de Parnaíba é uma cidade rica em boas práticas, boas políticas, que em face aos desafios trazidos pelos objetivos e suas necessidades, criou um mecanismo que potencializa o diálogo, a articulação e a integração de cada ente envolvido neste projeto. Ao grupo hoje, depois de meses intensamente envolvido com cada ODS escolhido, chama a atenção que a cada encontro ainda surjam políticas não discutidas; que dentro de uma meta haja um envolvimento de políticas com outras metas que fazem parte dos objetivos ainda não destrinchados. Isso torna possível formar novas constelações para serem discutidas futuramente.

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Conforme o artigo 30, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios, “prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população”. A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) define as atribuições comuns dos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e o controle social. Esse fundamento legal faz com que a saúde seja um direito fundamental do cidadão, cabendo ao Estado brasileiro desenvolver ações que visem à sua promoção, proteção e recuperação.

Santana de Parnaíba tem empreendido esforços em prol ao fortalecimento e expansão da Atenção Primária em Saúde (APS) no seu território. Considerando a APS como articuladora da estratégia de regionalização do SUS e organizada de acordo com seus princípios doutrinários de universalidade, equidade, integralidade e participação social, promove importantes avanços na situação de saúde da população, desde situações agudas até o acompanhamento de doenças crônicas e degenerativas. Em sua grande maioria, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) contam com a presença de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate à Endemias (ACE), atuando como mediadores entre os saberes técnicos e populares, entre equipe de saúde e comuni-

dade, potencializando a atuação da APS no município.

Os serviços de saúde, nível primário e secundário, existentes no município são: UBS, unidades básicas de saúde avançadas (USA com atendimento de especialidades médicas e de outros profissionais de nível superior ligados não formados em medicina), Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Centros de Atendimento Ambulatorial Especializado e também específico para a Saúde da Mulher, Centro de Especialidades Odontológicas, Ambulatório Médico de Especialidades, Central de Fertilização Médica (encaminhamento para os outros níveis de Atenção à Saúde), unidades de atendimento hospitalar e de pronto atendimento, núcleos de apoio estruturados, como o Núcleo de Prevenção a Acidentes e outros Agravos (Nupav), Serviço de Atenção Domiciliar, Programa Saúde Escolar (com atuação intersecretarial, com integração e articulação permanente da educação e da saúde, contribuindo para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, de crianças e jovens da rede pública de ensino), serviços de atendimento ambulatorial para crianças e adolescentes, primarizados pela qualidade no serviço e humanização do atendimento e das equipes. A estruturação da rede de atendimentos está sendo ampliada com a implantação de uma Maternidade e também com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Os habitantes do município de Santana de Parnaíba dependem em maior ou menor grau das ações de saúde pública. Aproximadamente 50% da população é considerado SUS dependente, ou seja, dependente de 100% das ações assistenciais de saúde ofertadas pela rede pública.

O dispositivo constitucional aponta para a obrigatoriedade de aplicação de 15% dos recursos municipais na saúde, porém o município aplica percentagem superior (19,35% em 2018).

Análise Semafórica

- 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
- 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1000 nascidos vivos.
- 3.3 Até 2030 acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
- 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem estar
- 3.5. Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas, entorpecentes e uso nocivo do álcool
- 3.6 Até 2020 reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
- 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
- 3.8 Atingir a cobertura universal da saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de

- qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade a preços acessíveis para todos
- 3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo
- 3.a Fortalecer a implementação da convenção -quadro para o Controle do Tabaco em todos os países conforme apropriado
- 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidade para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.
- 3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



Análise situacional

- Há grande investimento e atenção para a melhoria dos índices de saúde relacionados à gravidez e aos primeiros anos de vida da criança, com programas como o Bebê Passo a Passo, avaliação dos casos de partos não-hospitalar, avaliação da qualidade dos dados de mortalidade e natalidade, investimento no Ambulatório de Pediatria de Alto Risco e Especialidades (Ampare), no Ambulatório de Fonoaudiologia Neurológica, Grupo de Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil, Programa Jovem Mãe, programa de Pré-natal de Alto e Baixo Risco e Fornecimento de Auxílio Transporte e acompanhamento psicológico às mães em situação de Vulnerabilidade.
- Prevenção e notificação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), com teste rápido de HIV/VDRL (para Aids e Sífilis)
- Programa Saúde na Escola
- Tratamento voltado ao uso e abuso de álcool e outras drogas
- Promoção à Saúde e Bem Estar
- Prevenção à tentativa de suicídio
- Programa Nacional de Controle ao Tabagismo (PNCT)
- Assistência farmacêutica

Reflexão

Com a organização dos serviços de atendimento ambulatorial, pré-hospitalar, hospitalar, pronto atendimento e de centros de especialidades, Santana de Parnaíba dispõe de um arranjo abrangente nos níveis de APS e atenção secundária descentralizados. Isso fortalece e amplia o acesso da população aos serviços de saúde municipal, o que lhe conferiu a nota B+ em saúde no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) em 2017, em avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

A adoção da Agenda 2030 como ferramenta para a elaboração do Plano Anual de Saúde PAS 2019 indica o compromisso da gestão com a incorporação dos ODS como instrumento para a elaboração de políticas públicas de curto, médio e longo prazo. Espera-se que esses intercâmbios possibilitem a implementação contínua de estratégias locais e globais, bem como futuros esforços de planejamento visando o alcance de progressos em direção aos objetivos da Agenda 2030.

Recomendações de ações para os próximos dez anos

O fortalecimento das ações intersetoriais e a maior conexão entre as diversas áreas do governo é fundamental para que as ações relativas à saúde tenham maior alcance e sejam mais efetivas. Isso possibilita a detecção das necessidades da população para atuação direcionada a cada momento.

É preciso consolidar ações de formação dos profissionais de forma contínua e realizar a implementação e fortalecimento da Educação Permanente em Saúde, visando assegurar um olhar estratégico para “cuidar de quem cuida”.

Outra meta fundamental é fortalecimento e ampliação das ações do Programa da Atenção Básica em Saúde, que visam ampliar e assegurar a cobertura populacional de acordo com os princípios doutrinários do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e com os princípios organizativos: regionalização e hierarquização.

Também recomenda-se a revisão e redefinição da pactuação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) em relação a complexidade da assistência na esfera da atenção especializada e hospitalar bem como dos serviços de Apoio Diagnóstico/Terapêutico, a fim de ampliar e agilizar o acesso para os casos que necessitem de internação e/ou de apoio diagnóstico e terapêutico para os serviços não disponíveis no município de acordo com o princípio da hierarquização.



ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Conforme artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. De forma mais específica em seu artigo 30, inciso VI, compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

É também norteador de qualquer ação voltada à educação a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) que normatiza o ensino ministrado nos princípios da igualdade, diversidade, gratuidade, liberdade, qualidade, respeito e pluralismo.

Considerando os pressupostos citados, a Prefeitura de Santana de Parnaíba, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), estabelece diretrizes pedagógicas, administrativas, assistência técnica e assessoria em conformidade com a legislação nacional, propondo acompanhamento e avaliação dos colégios na perspectiva da aprendizagem dos alunos, desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos nossos discentes, docentes e implementação de ações com formação continuada, oferecendo estrutura organizacional efetiva.

Análise Semafórica

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
- 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio de educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
- 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
- 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
- 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento



Reflexão

A Prefeitura de Santana de Parnaíba, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), estabelece diretrizes pedagógicas, administrativas, assistência técnica e assessoria em conformidade com a legislação nacional, propondo acompanhamento e avaliação dos colégios na perspectiva da aprendizagem dos alunos, desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos discentes, docentes e implementação de ações com formação continuada, oferecendo estrutura organizacional efetiva.

Considerando os pressupostos supracitados e buscando atender a aos munícipes com excelência, dedicação e respeito, foram alcançados ótimos indicadores, como por exemplo o último resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que demonstrou que a cidade foi a que mais cresceu, em dados percentuais, na região metropolitana e no Estado de São Paulo em 2017, superando inclusive a meta estipulada pelo índice para o município.

De acordo com o Ideb, no Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) a cidade subiu 0,9 pontos em comparação ao resultado de 2015. Já no Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) esse aumento foi de 1 ponto. Em percentual, o crescimento que a cidade teve nos últimos dois anos foi de 15,8% no Fundamental I e de 21,7% no Fundamental II. Levando em conta os últimos 7 anos (2011 a 2017) o aumento foi de 32% e 33,3% respectivamente, superando cidades que investem na educação valores superiores ao orçamento de Santana de Parnaíba.

Das unidades de ensino municipais, a maioria ultrapassara a meta estipulada pelo Ideb, com destaque para os colégios Profª Leda Caira (Fazendinha) e Tom Jobim (Alphaville) que atingiram a maior nota no Ensino Fundamental I. No Fundamental II destacam-se os colégios Tom Jobim, Juscelino Kubitschek (Cidade São Pedro) e Manoel Jacob (Ingaí). Com 8,2, o Colégio Municipal Profª Leda Caira foi o que teve a maior pontuação geral no município.

Essa expressiva pontuação de todas as unidades escolares foi resultado dos investimentos realizados pela prefeitura na educação, que em apenas cinco anos inaugurou oito colégios e ampliou três unidades educacionais, implantou curso de robótica, cinco pólos da Escola de Idiomas, cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cursinho preparatório para a Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec), cursos como Conect e Mind Lab, além de promover a entrega gratuita de uniformes, materiais didáticos escolares e fornecer mais de 64 mil refeições gratuitamente aos mais de 32 mil alunos que fazem parte a rede municipal de ensino.

A equipe passou por uma reformulação no quadro dos gestores das unidades escolares em decorrência do concurso público realizado em 2018 para os cargos de vice-diretor, diretor e supervisor e a SME está investindo em formação continuada com foco na liderança de pessoas (coaching), implementando procedimentos padrão para atendimento administrativos e pedagógicos objetivando uma educação em excelência para que os indicadores e desempenho sejam cada vez melhores.

Recomendações de Ações para os próximos 10 anos

A médio e longo prazo, levando em conta o cenário atual, a proposta é ampliar, melhorar, e, se necessário, construir instalações físicas para atender as crianças em ambientes inclusivos e eficazes para todos. É fundamental também o compromisso de manter e ampliar a formação aos profissionais do quadro do magistério, aos servidores técnicos que atuam na área educacional, bem como implementar e ampliar políticas públicas que fomentam e viabilizam a inserção dos jovens em cursos técnicos e em cursos de graduação.



ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é dever do Estado brasileiro, direito e responsabilidade de todos. Ou seja, é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. Ela é exercida para a proteção das pessoas e do patrimônio, bem como para a preservação da ordem pública. Tais ações se dão por meio das diversas polícias, como a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e também o Corpo de Bombeiros.

Sendo a segurança pública uma responsabilidade de todos, cada esfera do governo tem o compromisso de realizar investimentos para melhorar essa área.

O Governo Federal é responsável por executar o policiamento das fronteiras e combater o tráfico internacional e interestadual de drogas. É também a União quem realiza o patrulhamento das rodovias federais.

Os governos estaduais e do Distrito Federal são responsáveis pelo policiamento ostensivo, aquele que produz na população a percepção de segurança. Cabe aos estados a manutenção e organização das polícias Militar e Civil, assim como dos outros órgãos que investigam os crimes comuns.

Além disso, cada município pode criar uma Guarda Municipal, que desde a aprovação da Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais), teve suas atribuições ampliadas para muito além da proteção ao patrimônio público.

Em Santana de Parnaíba, a Guarda Municipal orienta o trânsito, realiza patrulhamento preventivo em áreas comerciais e rondas nas escolas, além de realizar o policiamento ostensivo no combate à criminalidade em suas diversas naturezas. As atividades realizadas pela Guarda Municipal fazem com que os índices criminais diminuam e a sensação de segurança dos munícipes aumente.

Análise Semafórica

- 16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares
- 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência contra crianças
- 16.3 Promover o Estado de Direito em Nível Nacional e Internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.4 Até 2030, reduzir significativamente o fluxo de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6 Desenvolver Instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.a Fortalecer as instituições Nacionais relevantes inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidade em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável .

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



Análise situacional

- Considerada a cidade mais segura da região metropolitana de São Paulo pelo sexto ano consecutivo em levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP). A região metropolitana é composta por 39 municípios, incluindo a capital paulista.
- Ampliação e maior atenção no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, por meio da Patrulha Maria da Penha, composta por 20 Guardas Municipais e que opera em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Geivid), órgão do Ministério Público Estadual.
- Palestras nos Colégios Municipais alcançam cerca de 800 alunos por ano. São abordados temas sobre educação no trânsito e conscientização sobre o uso de entorpecentes.
- Convênio com o Governo do Estado de São Paulo para a aquisição de ferramentas para maior eficiência na atuação e no cruzamento das informações relevantes para a Guarda Municipal.
- Redução de 38% no número de óbitos causados por acidente de trânsito (resultado da implantação do Sistema Detecta e do Infosiga em parceria com o Governo do Estado de São Paulo).

Reflexão

Vivemos um momento considerado excelente com relação aos indicadores criminais da cidade. Por meio de convênios, planejamento, atividades eficazes e eficientes, a cidade de Santana de Parnaíba, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), se mantém como a cidade mais segura da região metropolitana do Estado de São Paulo.

Além disso, houve redução dos indicadores nos crimes de maior potencial ofensivo (homicídio, tentativa de homicídio tentado e latrocínio) e a cidade garante que os indicadores relativos a crimes contra o patrimônio (roubos outros, roubos de veículos, furtos outros e furto de veículos) permaneçam numa zona satisfatória. Além das atividades objetivas de prevenção e combate ao crime nas suas diversas modalidades, são realizadas atividades subjetivas, ou seja, àquelas que cuidam para o aumento e garantia da sensação de segurança por parte do munícipe. Em Santana de Parnaíba, a SMSU agrega valores com novas tecnologias de apoio à tomada de decisão, bem como, se vale de ferramentas de gestão que visam a melhor qualidade no atendimento às demandas das diárias, garantindo um serviço mais eficaz para a comunidade.

Recomendações para os próximos 10 anos

O princípio fundamental do município é garantir a qualidade na prestação dos serviços oferecidos à comunidade. Por ter um índice de segurança já positivo, o maior desafio é manter os indicadores criminais em uma zona confortável, por meio de medidas que visam o aumento da sensação de segurança e a diminuição do “medo do crime”. Um exemplo são as pesquisas de satisfação, para que o munícipe fale como se sente com relação à segurança na cidade. O município também deve garantir que o modelo operacional seja norteado por metodologias orientadas à gestão pela qualidade.

É preciso também dar atenção a quem trabalha pela segurança das pessoas e desenvolver mecanismos para melhor valorização dos agentes de segurança no município como: capacitação, qualificação e valorização por meio de instrumentos que meçam o desempenho e a eficiência do agente.



1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



ODS de Crescimento

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A política de assistência social, responsável por assegurar o desenvolvimento de oportunidade para todos, é uma garantia da Constituição Federal de 1988 (Capítulo II - Da Seguridade Social, do Título VIII - Da Ordem Social) estruturada, posteriormente, pela Lei Federal nº. 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), que institui o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Em Santana de Parnaíba, sob coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), essa política tem uma atuação exitosa no combate às diversas formas de vulnerabilidade em todas as suas complexidades. Conectado com as boas práticas internacionais e alinhado com a Agenda 2030, o município mantém uma resiliente rede de proteção social e investe em políticas articuladas de erradicação da pobreza, proporcionando um ambiente próspero para o desenvolvimento sustentável.

O balanço positivo das metas do ODS 1, “Erradicação da Pobreza”, é um sinal claro que há ações concretas do poder público municipal para que o crescimento da cidade seja para todos, garantindo que ninguém fique para trás.

Análise Semafórica

- 1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
- 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com definições nacionais.
- 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres vulneráveis.
- 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
- 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e de grupos em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
- 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
- 1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



Análise situacional ou principais achados

Santana de Parnaíba investe em uma rede sócio-assistencial sólida e em ações efetivas, permanentes e bem executadas. O município, que possui uma população crescente (crescimento médio de 20% entre 2010 e 2017), tem uma das maiores rendas per capita da região oeste metropolitana de São Paulo (R\$ 1.167,62, em 1991; R\$ 1.565,51, em 2000; e R\$ 1.858,69, em 2010).

Embora os indicadores internos de pobreza e pobreza extrema apontem um crescimento desde 2015, é necessário analisar que se trata de uma oscilação tímida frente à grave crise econômica, fiscal e política que o país enfrenta desde então. A média de 4,51% de pessoas em situação de pobreza extrema em 2018, por exemplo, coloca a cidade próxima da erradicação – conforme a operacionalização realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que considera que, abaixo de 3%, a extrema pobreza é considerada residual e erradicada. O sistema de proteção social, estruturado nacionalmente pelo Suas, está consolidado no município, contemplando o atendimento em todos os níveis de complexidade (básico, especial de média complexidade e especial de alta complexidade). Os diferentes serviços são financiados por diferentes fontes, resultado do esforço de mobilização de recursos. Destaca-se, por exemplo, que as organizações da sociedade civil (terceiro setor) do município, que atuam na área de assistência social e que integram a rede sócio-assistencial, mobilizam um valor alto para o investimento em projetos e ações.

Por fim, a Prefeitura Municipal instituiu marcos normativos sólidos no apoio ao investimento acelerado em ações de erradicação da pobreza. Um deles, o Decreto Municipal nº. 4109/2018, instituiu o Projeto Crescer, que é uma estratégia para a erradicação da vulnerabilidade social extrema no município.

Reflexão

Santana de Parnaíba é, potencialmente, um município que abriga trabalho, renda, qualidade de vida, recursos naturais, patrimônios ambientais, culturais e históricos. É uma cidade em constante transformação e que acumula bons resultados com as aplicações de políticas públicas.

Os indicadores e as políticas públicas demonstram os significativos esforços do poder público e da sociedade para fortalecer a rede sócio-assistencial e erradicar a pobreza no município. Até mesmo sob a uma das maiores crises da história do país, Santana de Parnaíba garante o investimento massivo em políticas sociais e mostra que possui uma resiliente proteção social.

A alta desigualdade, no entanto, repete no município uma lógica contraditória da realidade brasileira ao desenhar um município com cenários sociais tão distintos, marcada por uma alta concentração da produção das riquezas e por uma expressiva desigualdade na distribuição de recursos. O valor alto do índice de Gini, de 0,67 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2010), aponta que a desigualdade social é intensa no município - o indicador é maior que as médias dos municípios da região oeste metropolitana (0,50) e do estado de São Paulo (0,44).

A Assistência Social, tal como já executada no município, tem o papel fundamental para empoderar e emancipar o cidadão, fortalecendo os vínculos familiares e diminuir a distância que separa a cidade rica e a cidade pobre.

Recomendações de ações para os próximos dez anos

Para que, em 2030, o ODS 1 seja plenamente atingido no município, as ações na área da assistência social devem priorizar o fortalecimento da proteção social básica, que é o nível de caráter preventivo no Suas. Dessa forma, será possível criar e expandir programas, serviços e benefícios voltados ao fortalecimento de vínculos familiares e sociais, amenizando os riscos sociais – que podem, em último caso, culminar na ruptura total desses vínculos.

Nesse sentido, nos próximos dez anos há a previsão de criar novos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Núcleos de Assistência Social (NAS) e Centros de Convivência em regiões estratégicas para a atuação da política de assistência social. Com essas novas unidades, a cidade potencializará o atendimento psicossocial de famílias em situação de vulnerabilidade e contará com serviços mais qualificados e diversos.



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

De acordo com relatório das Nações Unidas, até 2050 dois terços de toda a população mundial viverá em cidades. O empenho por fazer com que esses locais urbanos sejam justos, seguros, inclusivos e acessíveis para todos, seja em termos de moradia, de saúde ou do direito de ir e vir, é o foco do ODS 11.

Santana de Parnaíba, têm inúmeras políticas públicas voltadas ao cumprimento do ODS 11, tais como: a regularização fundiária – que é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Os processos são coordenados pela Secretaria Municipal da Habitação (SMH) e contam com a participação popular por meio do Conselho e do Fundo Municipal de Política Urbana e Habitacional do Município de Santana de Parnaíba e da Comissão de Análise de Planos e Projetos da Regularização Fundiária.

A iniciativa em busca de tornar Santana de Parnaíba uma cidade digital e inteligente (Smart Cities) também vem ao encontro do cumprimento das metas da Agenda 2030 para o ODS 11 no que tange ao planejamento e gestão municipal.

Análise Semafórica

- 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis em todos os países
- 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortos e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo desastres relacionados à água, com o foco em proteger pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas; a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco desastres em todos os níveis
- 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



Análise situacional

- Segurança jurídica, urbanização e modernização da cidade sustentável - Regularização fundiária: 220 núcleos urbanos informais inscritos no programa, 27.392 lotes beneficiados e 109.568 pessoas impactadas; 1.232 lotes registrados e 4.382 lotes regularizados em fase de registro. Meta para 2020: 20 mil lotes regularizados.
- Santana de Parnaíba Cidade Digital (Smart Cities) Implementação do Geocidades, base georreferenciada de dados e ferramenta para planejamento urbano, com acesso ilimitado, plataforma web; ferramenta de planejamento urbano, contribuindo para modernização tributária, regularização fundiária, implementação de cerca virtual e programa de eficiência energética, entre outros.

Reflexão

Em consequência da urbanização que ocorre tipicamente com certa velocidade, e ainda que planejada, surgem fatores que contribuem para o desequilíbrio entre as necessidades da população e a capacidade da gestão pública de promover um desenvolvimento ordenado e sustentável nos centros urbanos.

Os efeitos das mudanças climáticas, que são percebidos localmente, e a concentração de pessoas em áreas de risco, como de al declividades e de preservação permanente, associadas a baixa qualidade construtiva tornam o impacto das inundações sempre mais intenso e oneroso, com efeitos diretos e de curto prazo – perdas materiais e humanas – e indiretos, podendo a longo prazo, acarretar doenças e sobrecarregar o sistema de saúde, afetam a nutrição e educação e emprego dos atingidos, além de desgaste da capacidade de resiliência dos núcleos urbanos informais.

Nesse processo, a prevenção é a diretriz e prioridade legal do município. Isso é verificado por meio da adoção, prioritariamente, de medidas estruturais de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, como o incremento da cobertura vegetal, de melhorias na drenagem urbana, da realocação prévia dos ocupantes, da reurbanização das áreas frágeis, entre outras;

Com a visão sistêmica dos ODS e as metas estabelecidas pela administração pública, reafirmamos o compromisso de cumprir a agenda do ODS 11 e transformar a vida dos cidadãos Parnaibanos; tornando Santana de Parnaíba uma cidade humana, segura, resiliente e sustentável.

Por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), ocorrem também mobilizações para que sejam feitas parcerias entre: as diversas instâncias públicas, como os feitos com os governos estadual e federal, por meio de programas como o Minha Casa, Minha Vida e Cidade Legal; e entre as empresas públicas e privadas, como as concessionárias de distribuição de água, coleta e tratamento dos esgotos e de energia elétrica, por meio de ações para melhorias contínuas no sistema de saneamento e abastecimento a todos os municípios. Neste ínterim realiza-se a celebração de Termos de Compromissos Urbanístico e Ambiental para realização de obras de infraestrutura, mitigação e compensação de riscos e produção habitacional, como o realizado com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), concessionária privada de transmissão de energia elétrica. A exemplo deste último, foi feito um estudo do balanço e de obras na linha de transmissão versando área de risco, realizada a remoção e realocação de famílias, e reurbanização das áreas com a implantação de horta urbana e de ecopontos para reciclagem no núcleo urbano informal - ação denominada "Refúgio dos Bandeirantes".

Recomendações próximos 10 anos

As ações que envolvem as áreas de habitação e planejamento urbano de Santana de Parnaíba precisam seguir para cumprir a Agenda 2030 passam pela continuidade de implantação do conceito de Smart City, com a construção de uma cidade inteligente, como base de sustentação para eficiência, inovação e disponibilização dos serviços de infraestrutura urbana, 24 horas por dia, todos os dias da semana, ao alcance do município, ou seja, oferecendo cada vez mais eficiência a menor custo financeiro e utilizando-se dos recursos naturais de forma cada vez mais sustentáveis.

Também é fundamental continuar promovendo a regularização urbanística, ambiental, jurídica e social até atingir 100% dos núcleos urbanos informais, em especial para famílias de baixa renda, alcançando a melhora significativa na vida dos habitantes de assentamentos precários e da sociedade de seu entorno próximo, até mesmo de toda a sociedade envolvida. Todas as medidas devem levar em conta as políticas urbanas e ambientais, de ocupação e uso do solo entre outras, e dedicar atenção especial para coibir novas ocupações irregulares, principalmente em áreas de risco; prevenindo e desestimulando a formação de novos núcleos urbanos informais na cidade.

Além disso, é de suma importância que a cidade direcione as ações urbanísticas levando-se em conta o alcance e a acessibilidade do tema que envolve o ODS 11 em suas políticas públicas, obras e projetos, buscando a sustentabilidade financeira e ambiental, para sua continuidade a longo prazo.



15 VIDA TERRESTRE



ODS 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

O ODS 15 visa deter a degradação do meio ambiente, algo de extrema importância para mitigar o impacto da mudança do clima. Com diferentes metas (algumas para 2020, outras 2030), busca-se medidas urgentes para reduzir a perda de ambientes naturais e da biodiversidade, que são parte do nosso patrimônio comum, bem como reverter os danos já causados.

A sobrevivência dos seres humanos e de outros animais depende da natureza, uma vez que todos retiram da terra o alimento, água e o ar puro de que precisam. É por isso que se busca, com tanta preocupação, meios de se combater à mudança do clima.

O município de Santana de Parnaíba possui a maior reserva ambiental localizada em área urbana no Brasil, além de outras áreas de preservação. A Reserva Biológica Tamboré representa um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica mantidos no perímetro urbano da região metropolitana de São Paulo e abriga diversa espécies da flora e fauna silvestre. Além da preservação deste grande fragmento florestal, são realizadas ações de manejo e enriquecimento florestal, conservação da fauna, visitas monitoradas de educação ambiental, fiscalização ambiental e vistorias de acompanhamento periódico.

Santana de Parnaíba tem o intuito de manter a sua cobertura vegetal e melhorar a qualidade de vida dos Municípios, assim como manter e preservar a vida selvagem.

Análise Semafórica

- 15.1 - Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
- 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
- 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
- 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
- 15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.
- 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
- 15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
- 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.
- 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
- 15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável, proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
- 15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



Análise situacional

- Projeto Ecovan - instrumento de educação ambiental itinerante, importante ferramenta para o efetivo cumprimento das legislações pertinentes e de transformação da sociedade rumo à sustentabilidade.
- Projeto Arborizar - visa atender a demanda de plantio de mudas de árvores nativas em locais públicos
- Áreas verdes protegidas - Santana de Parnaíba possui quatro Unidades de Conservação já institucionalizadas: Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Rio Tietê, Reserva Biológica Tamboré, Reserva Particular do Patrimônio Natural Voturuna I e Reserva Particular do Patrimônio Natural Voturuna II.
- Plano de Risco: O Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) é um documento de referência, pois determina os parâmetros fundamentais para a implantação e desenvolvimento de uma política pública municipal de gestão de riscos associados a deslizamentos de encostas, alagamentos/inundações e solapamentos de margens de córregos.
- Programa Município VerdeAzul - Desde 2008, Santana de Parnaíba participa do Programa Município VerdeAzul, o qual é realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e tem como propósito medir e apoiar anualmente a eficiência da gestão ambiental dos municípios. Atualmente o município está na posição 174 (total de 645 municípios), com nota 44,15 (o máximo possível é 100).
- Avemare - Avemare firmou contrato de prestação de serviços de coleta seletiva em outubro de 2014 e até dezembro de 2018, foram coletados aproximadamente 14.500 toneladas de materiais.

Reflexão

O município de Santana de Parnaíba, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento (SMMAP) desenvolve trabalho que possibilita um crescimento sustentável e ambientalmente correto. Ao longo dos anos, desenvolveu ações voltadas a recuperação do meio ambiente além de projetos de educação ambiental com as comunidades, criando uma consciência ecológica e sustentável formando multiplicadores de ações que beneficiam o meio em que vivem.

As campanhas educativas, as fiscalizações ambientais, os licenciamentos de empreendimentos, a preocupação com a preservação de áreas verdes e com o bem estar animal são ações de compromisso com as metas estipuladas nos objetivos de sustentabilidade.

Hoje o município possui a maior reserva biológica em área urbana do país, mantém um índice de preservação de áreas verdes significativo, apresenta ativa campanha de conscientização dos munícipes contra queimadas, descarte irregular de resíduos e separação de resíduos recicláveis. Isso faz com que se atinja bons índices de reciclagem diminuindo de forma considerável o descarte incorreto de materiais.

Apesar da crescente evolução neste setor, ainda é necessário avançar nas legislações ambientais no âmbito municipal, aumentar a eficácia do sistema de fiscalização ambiental, garantir um bom planejamento na gestão dos recursos naturais e aumentar a conservação e enriquecimento dos fragmentos florestais.

Recomendações próximos 10 anos

As ações na área de meio ambiente, para que, em 2030, o ODS 15 seja plenamente atingido no município envolvem a estruturação de unidade de atendimento ao bem-estar animal para cuidados de animais de pequeno e médio porte; implantação das ações de arborização urbana, por meio dos projetos visando o plantio de 50 mil árvores; ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização de poluição na cidade; avanço na elaboração e aprovação de planos que favoreçam o desenvolvimento urbano, ordenando o território para uma ocupação sustentável; avançar na estruturação de legislações ambientais objetivas e eficazes; agilidade nos procedimentos administrativos que envolvem as questões ambientais; bem como evolução na preservação e recuperação do meio ambiente.

Constelação das ODS de 2018

ODS prioritários para o município



ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Pensar na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sem levar como base o ODS 17, é impossível. Considerado como 'meio de implementação', o ODS 17 visa ativar a parceria 'glocal' (refletindo a interação das escalas global e local) para o desenvolvimento sustentável por meio do engajamento sistemático e intensivo de governos, da sociedade civil, do setor privado, do sistema das Nações Unidas e de outros atores na implementação dos outros dezesseis ODS.

Em Santana de Parnaíba, o ODS 17 permeia todo o processo de engajamento de parceiros e Secretarias na integração vertical das políticas e indicadores locais e a agenda global. Por exemplo, o processo de realização desta avaliação e relatório contou com apoio da empresa privada Artesano Urbanismo, que tem como sua prática institucional apoiar o poder público municipal das cidades onde investe a melhorar seus indicadores e implementar políticas públicas que apoiem os ODS. O processo também contou com a contribuição metodológica de instituições internacionais como Gaia Education e Unesco Global Action Programme e com suas ferramentas educacionais de mobilização.

No contexto do ODS 17, reuniões multissetoriais mensais foram estabelecidas, proporcionando a conectividade sinérgica entre as secretarias e suas pastas. Para tanto foi criado pelo Decreto 4182/2018 de Santana de Parnaíba, datado de 3/12/2018, um Grupo de Trabalho, cujo objetivo são: I Elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030; II Propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS; III Acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos; IV Elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; V identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; VI Promover a articulação com órgãos e entidades públicas para a disseminação e a implementação dos ODS no âmbito municipal.

A participação popular aconteceu desde o início, com a mobilização da comunidade local na assinatura pública da carta de compromisso do prefeito com as Nações Unidas para a entrega do Relatório Local Voluntário da cidade. A partir do mês de março, foram realizados os Encontros de Transparência, nos quais as informações já levantadas foram divulgadas em diversos espaços públicos, desde postos de saúde, escolas e Centros de Atendimento de Assistência Social. As secretarias mobilizaram seus fóruns de participação popular por meio dos conselhos; fazendo apresentações e consultas em seus Conselhos específicos, como o Consema (Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente), Conselhos Municipais de Assistência Social, e Conselho de Educação.

Análise Semafórica (avaliação da situação geral)

Análise situacional e reflexão

O município já realiza diversas parcerias, tanto com outros órgãos e instâncias governamentais quanto com a sociedade civil e a iniciativa privada, como é possível ver ao longo do conteúdo do relatório, nas descrições de políticas públicas e de outras ações e casos, como:

- Parcerias da rede de educação para a capacitação pessoal para o mercado de trabalho, por meio das escolas técnicas e universidades como as Escolas Técnicas Estadual (Etec), Faculdade de Tecnologia (Fatec), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) entre outras,
 - Participação da prefeitura no Mercocidades (Mercosul) como representante das temáticas de Desenvolvimento Urbano e Fomento de Negócios.
 - Implementação da Feira Anual de Negócios, a fim de ampliar o networking e parcerias de empresas que gerem valor no município.
- Além disso, a própria realização do relatório já demonstra uma convergência de forças e atuações para que o ODS 17 esteja presente sempre que for possível e pertinente na administração da cidade.

Recomendações para os próximos 10 anos

O envolvimento coletivo para ampliação das parcerias a fim de contribuir com o desenvolvimento sustentável precisa estar presente em todas as secretarias da gestão pública e setores de interesse em todas as escalas (podendo ser do comércio, indústria, educação, saúde, saneamento, tecnologia, inovação, entre outros), além disso, envolver o prefeito, principalmente no que tange ao Poder Legislativo, então sugere-se o estreitamento e divulgação dessas relações e oportunidades.

A incorporação das metas ODS em planos estratégicos do município, como no Plano Plurianual (PPA) da prefeitura que será feito em 2021, como também na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Planos Diretores e outros todos ao seu tempo de revisão e atualização

Continuar a atenção e o aprimoramento na infraestrutura urbana, tecnológica e educacional do município que represente e acompanhe as evoluções de mobilidade, inovação e capacitação para uma economia local sustentável e duradoura.

As próximas gerações devem ser engajadas e escutadas por meio da Secretaria Municipal de Educação.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIA MARIA PALAVIERI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-2568-21TF-4U6M-3VJF



1 - As desatadoras de nós: uma análise do impacto das políticas para mulheres na redução das desigualdades

Promover políticas públicas para as mulheres é um ponto de inflexão na busca do desenvolvimento sustentável, pois desata nós que existem no sistema. Cada ação estratégica com foco no público feminino é capaz de, direta ou indiretamente, melhorar indicadores de saúde, educação e diminuição da pobreza, entre outros.

Em Santana de Parnaíba não há um programa específico que foque na equidade de gênero e minorias, mas, ao fazer a análise das diversas ações do município para este relatório, foi possível enxergar como diversas políticas públicas voltadas para as mulheres atuam em conjunto para traçar um caminho de melhoria em toda a sociedade. As ações ocorrem primordialmente nas áreas de saúde, assistência social, segurança e geração de renda, interligam diversas áreas do poder público e podem ser uma das chaves para o bom desempenho da cidade em diversos aspectos.

Proteção à gestação

O cuidado com a saúde das gestantes e com a primeira infância é um desses pontos de inflexão. Ao melhorar as possibilidades e qualidade de atendimento dessa população é desencadeado um efeito cascata que afeta primeiramente a família, depois as comunidades locais e as comunidades escolares, já que uma gestação tranquila e bem assistida diminui a mortalidade materno-infantil, melhora a qualidade de vida de crianças e de suas famílias e também o desenvolvimento e aprendizado das crianças.

A literatura sugere que bebês e crianças obtêm muitos benefícios quando suas mães conseguem amamentá-los da melhor forma possível. O investimento em políticas públicas na promoção do aleitamento apontam para alcance que vai além dos benefícios na saúde física do bebê. Estudos apontam para melhores resultados psicoemocionais e influência positiva no melhor rendimento escolar. (Anderson et al, 1999; Dewey KG, et al, 2001) Uma mulher que está bem amparada por políticas públicas de garantia de cuidados de saúde, assistência social e cuidados básicos tem mais chances de conseguir amamentar, pois um aleitamento bem sucedido depende diretamente do estado de saúde física e psicológica da mulher.

Os cuidados no município começam com o programa Bebê Passo a Passo, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que tem entre seus braços o programa Mãe Parnaibana, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Ambos atuam na atenção completa à gestante e ao bebê, com objetivo final de reduzir a mortalidade materno-infantil. As mulheres – principalmente as de famílias em situação de vulnerabilidade – são acompanhadas durante os exames pré-natais, o parto e os primeiros anos de vida do bebê, com gratuidade no transporte para ampliar o comparecimento às consultas, recebendo kits de enxoval, carrinho de bebê e todo acompanhamento médico. Há também o direcionamento para o acesso a vagas em creches municipais. O município tem taxa mortalidade infantil de 8,72 por mil habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016.

Ainda no tema gravidez, há um esforço em atender as adolescentes gestantes no programa Jovem Mãe, outro braço do Programa Bebê Passo a Passo, com o objetivo extra de evitar a evasão escolar por meio de apoio e atenção especial às jovens. Os números mostram que foi bem sucedido no último ano, com todas as adolescentes grávidas permanecendo na escola no último ano.

Vida mais segura

A violência contra a mulher tem números muito altos no Brasil, ao mesmo tempo, tem a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) uma legislação considerada modelo para outros países do mundo. Garantir a segurança da mulher é garantir a segurança da família e das gerações futuras. No município existe uma casa abrigo que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica e também foi instaurada a Patrulha Maria da Penha em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Geivid), órgão do Ministério Público Estadual (MPE), que, desde julho de 2018, faz ronda com 20 guardas municipais. A equipe recebe treinamento especializado para lidar com casos de violência contra a mulher.

Em caso de violência confirmada ou suspeita, as mulheres são encaminhadas ao Núcleo de Prevenção Acidentes e Violência (Nupav) em Santana de Parnaíba, órgão primordial para o atendimento às pessoas vítimas ou com suspeitas de violência. É esse também o caminho para a prevenção de futuras ocorrências e reinserção dessas mulheres em um ambiente em que elas encontram apoio e acolhimento.

O município de Santana de Parnaíba tem mostrado pioneirismo na construção de uma política de proteção à mulher. A Prefeitura adotou medidas e criou ações que foram fundamentais para esse protagonismo: em 2014, por meio de uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), instalada uma Delegacia de Defesa da Mulher no município. Em 2016, a campanha “Busão sem Assédio”, focou no combate ao abuso sexual no transporte público e, no mesmo ano, a cidade coordenou o II Fórum de Políticas Públicas para as Mulheres, criou o Conselho Municipal da Mulher. Em 2017, por intermédio de um convênio entre a Prefeitura e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi instalado o Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juntamente com a Vara Única da Comarca, para atuar na aplicação da Lei Maria da Penha. Em 2018, além de ter coordenado o III Fórum de Políticas Públicas para as Mulheres, o município ampliou as ofertas de vagas de capacitação para a população feminina. Em 2019, por fim, inaugurou a Secretaria Municipal da Mulher e a nova sede do Fundo Social de Solidariedade, para garantir mais direitos às mulheres.



Autonomia e empoderamento para o fim da desigualdade

O Brasil é um país marcado pela intensa desigualdade social. A mulher, nesse contexto, é ainda mais vulnerável, pois está historicamente em condições de desigualdade no âmbito das oportunidades. No mercado de trabalho, por exemplo, as mulheres brasileiras, que representam mais da metade da população do país, possuem a remuneração média menor que a dos homens, executando as mesmas funções (recebem, em média, 79,5% dos salários masculinos de acordo com levantamento do IBGE sobre o ano de 2018 divulgado em março de 2019). O município tem o desafio de assegurar mais direitos para a população feminina, garantindo oportunidades em diferentes esferas da vida - trabalhista, social, política etc. Além do investimento em políticas sociais, a prefeitura concentra esforços para criar um ambiente próspero para a superação das diferentes vulnerabilidades e para quebrar o ciclo da pobreza. Os programas, serviços e benefícios visam, portanto, assegurar que as pessoas em vulnerabilidade, sobretudo as mulheres que são as responsáveis familiares, sejam empoderadas e possam, com autonomia, sair da situação de fragilidade social. Isso é possível, sobretudo, com mais oportunidades na educação, ofertas de cursos de geração de renda, difusão das informações sobre os direitos dos cidadãos e das cidadãs, com planejamento familiar, entre outras iniciativas.

ODS ATINGIDOS



2 - Inteligência com fator humano: a busca por ser uma Smart City com o engajamento da administração pública

Um dos objetivos de Santana de Parnaíba é ser uma Cidade Inteligente. Como explica a Fundação Getúlio Vargas em seu site, “o enfoque atual (do conceito Smart City) é na cidade criativa e sustentável, que faz uso da tecnologia em seu processo de planejamento com a participação dos cidadãos. De acordo com o Cities in Motion Index, do IESE Business School, na Espanha, 10 dimensões indicam o nível de inteligência de uma cidade: governança, administração pública, planejamento urbano, tecnologia, meio-ambiente, conexões internacionais, coesão social, capital humano e a economia.”

O processo de integração dos dados da prefeitura já está em curso. Desde 2017 foi iniciada a implantação do sistema Geocidades (Geopixel Cidades), uma plataforma web pensada para integrar, manter e disseminar informações do ambiente urbano por meio de dispositivos móveis (como celulares e tablets). O sistema consolida imagens do território, fotografias de campo, dados geográficos e cartográficos, plantas e documentos digitalizados e dados tabulados em sistemas legados. Por meio desse sistema está sendo possível realizar a modernização tributária no município, gerando eficiência e justiça social, além de acelerar o processo de urbanização e reurbanização comandado pela Secretaria Municipal da Habitação (SMH), gerando qualidade de vida às pessoas. Assim, está sendo possível centralizar os dados geográficos da prefeitura em um único banco de dados e fazer a integração com todos os sistemas legados do município (tributário, financeiro, saúde, educação e outros). Com dados organizados e de fácil acesso, fica mais simples para qualquer gestão (para a atual e para as futuras) da prefeitura de Santana de Parnaíba oferecer serviços eficientes, identificar problemas e defasagens de ações e priorizar programas e políticas públicas conforme real necessidade.



O fator humano além da máquina

para ser uma Smart City, mais do que depender de alta tecnologia, o que uma cidade precisa é estar integrada, mobilizada pelo bem-estar de seus moradores e utilizar dos meios disponíveis da melhor forma. Foi o que aconteceu no primeiro dia de 2019, quando, em menos de três horas, a cidade recebeu mais da metade do volume de chuvas (total 172 milímetros) esperado para todo o mês de janeiro, já tradicionalmente um mês de altos índices pluviométricos na região.

Mesmo sendo um feriado, com muitas pessoas fora dos postos de trabalho, a organização e proatividade do plantão da Defesa Civil e a coordenação com outras instâncias do poder público municipal foram fundamentais para que os prejuízos aos cidadãos fossem apenas materiais. As chuvas, que são monitoradas em tempo real por sistemas de imagens de satélite, atingiram principalmente a área da Administração Regional da Fazendinha (ARF) e ao notar o problema, as equipes de plantão saíram a campo, antecipando-se aos chamados da população, para alertar as pessoas em áreas de risco. Foram acionadas a Guarda Municipal, a ARF, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Obras (SMO) e a Secretaria Municipal de Serviços Municipais (SMSM), além do Corpo de Bombeiros, e cada um tinha papel determinado no atendimento às famílias atingidas.

Os alertas continuavam sendo disparados – por meio do WhatsApp – para os moradores de áreas de risco cadastrados, para que eles pudessem adotar as medidas de observação, como identificar o aparecimento de trincas ou rachaduras; surgimento de degraus no piso e quintal das casas (indicadores de movimento de massa e possibilidade de deslizamento de terra).

A equipe de trânsito também foi mobilizada para orientar os melhores caminhos após as interdições que ocorreram nas ruas e estradas que cortam o município. Tudo foi informado em tempo real – ou o mais breve possível – à população pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), por meio do site oficial da prefeitura, da página no Facebook e em grupos de WhatsApp.

As secretarias de Assistência Social, Habitação e o Fundo Social estavam em pleno movimento para atender as famílias atingidas. Ao menos 15 famílias precisaram ser removidas na ocasião e outras 50 foram atendidas com doações colchões, cobertores, móveis e outros itens emergenciais. Mas a força-tarefa impediu que a intempérie se transformasse em casualidades, resultando apenas em perda material para as famílias e danos às estruturas físicas da cidade.

ODS ATINGIDOS



3 - De ação em ação: política ambiental na busca da sustentabilidade

A gestão de resíduos sólidos no Brasil passa por um momento de regressão e o país está cada vez mais distante de atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tem base na lei 12.305/2010 e no Decreto 7.404/10, que a regulamentou. Por isso, a implantação e consolidação de políticas públicas para a educação ambiental e a gestão de resíduos é um ponto estratégico para o desenvolvimento das cidades brasileiras.

De acordo com um estudo apresentado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), intitulado “Panorama dos Resíduos Sólidos – 2017”, foram gerados naquele ano cerca de 78,4 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos no país, dos quais foram coletados 71,6 milhões de toneladas e o índice de cobertura de coleta total atingiu 91,2%. Isso demonstra que cerca de 6,9 milhões toneladas de resíduos não foram objeto de coleta e, conseqüentemente, não tiveram destino ambientalmente correto. A União havia estipulado um prazo até o fim de 2014 para que os lixões estivessem extintos no país. De acordo com reportagem veiculada no Jornal Nacional em 27 de abril de 2019, ainda hoje existem mais de três mil lixões ou aterros inadequados e 45% dos municípios não têm ainda planos definidos para acabar com eles, solicitando mais prazo para a União para fazer a adequação. Além disso, observou-se um aumento de 1% na geração de resíduos sólidos urbanos em 2017 em comparação a 2016.

Segundo o Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (Selurb), são produzidas anualmente 10,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos de plástico que, se fossem reciclados, proporcionariam um retorno de R\$ 5,7 bilhões para a economia.

O índice de coleta seletiva no Brasil é irrisório e preocupante: está atualmente em torno de 3% do total produzido. De acordo com o presidente do Instituto Lixo Zero Brasil, Rodrigo Sabatini, este dado contribui para a perda de R\$120 bilhões anualmente em razão da má destinação dos resíduos sólidos que poderiam ser reciclados. Dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), mostram que somente 1.055 municípios possuem sistema de coleta seletiva, correspondendo a um índice de 18% do total do país.

É uma realidade preocupante que somente poderá ser mudada com a participação de todas as esferas do poder público: governos federal, estadual e municipal, com a inclusão de programas de educação ambiental na grade curricular, implantação de ecopontos para recebimento de materiais recicláveis, contêineres semienterrados para coleta de resíduos sólidos nos locais de difícil acesso e com passivos de descarte irregular, os (chamados pontos viciados), além do controle da proliferação de insetos e animais peçonhentos atraídos pelo lixo depositado de forma ambientalmente incorreta.